



CAPA

ONDE ESTAVA O JORNALISMO?

SEM A CUMPLICIDADE DA MÍDIA,
O EMBUSTE DA LAVA JATO NÃO TERIA
SOBREVIVIDO POR TANTO TEMPO

por JOSÉ SÓCRATES*

Os jornalistas brasileiros me desculpem, mas há um debate a fazer. Depois da decisão do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas relativa ao processo judicial do ex-presidente Lula não podemos passar por cima do que aconteceu sem trocar umas palavras sobre o assunto. A verdade é que, sem a cumplicidade do jornalismo, retiradas as nobres exceções a que farei referência, o processo não teria existido da forma como existiu e, sobretudo, o embuste não teria sobrevivido tanto tempo.

Deixemos de lado as evidentes motivações políticas e as pulsões de *vendetta* que as lamentáveis personagens carregam consigo. Ponhamos de lado os nomes dos juízes e procuradores que deram corpo a esta obscura farsa judicial. Tudo isso existiu, é certo, e sem isso qualquer explicação para o que aconteceu será insuficiente. Mas só isso será igualmente reduzor. O que desejo pôr em evidência é que

todo o plano de ação se deu à volta de um crime, o crime de vazamento ilegal de informações. E isso tem a ver com o jornalismo. Como todos puderam ver ao longo do processo da Lava Jato, o vazamento de informações foi resultado de um negócio, de um comércio, de uma troca de favores entre o jornalista e a autoridade judicial: dá-me informação, ganhas elogios, dá-me audiências, ganhas uma biografia. Eis, em síntese, a entediante história da construção do mito do juiz-herói. O vazamento constituiu, portanto, o

**ÉILEGÍTIMO
O PODER, DAS
SOMBRA, QUE
NASCE DA ALIANÇA
ENTRE UMA CERTA
IMPRENSA E UMA
CERTA JUSTIÇA**

instrumento central desta nova “violência simbólica” em que a televisão e os jornais se transformaram nas armas favoritas da coação e brutalidade da justiça estatal. As acusações ao visado pareciam surgir de todos os lados, todas as semanas, sobre todos os assuntos, de forma a tornar impossível qualquer tipo de defesa – “estou a defender-me de quê, exatamente”? A situação pode ser comparada àquela do jogador de tênis que vê várias bolas serem disparadas para o seu campo sem conseguir decidir-se sobre qual delas deve reagir. Com o tempo perceberá que tem de se defender de todas, que as deve desconstruir uma a uma. O que acontece neste jogo perverso é que o Estado se livra do ônus de provar seja o que for e o princípio da presunção de inocência se transforma lentamente em presunção pública de culpabilidade. Aqui podemos reconhecer a indecente história do famoso PowerPoint – e ela, a história, não seria possível sem a cumplicidade do jornalismo brasileiro.

E, por favor, não se equivoquem. Es-



Moro também
tinha um gado para
chamar de seu

sa violência simbólica é ainda mais selvagem e feroz do que a violência da ditadura. A violência física de outrora era recebida com a reserva mental das vítimas, pois eram os ditadores e seus esbirros a exercê-la. Esta nova violência é mais insidiosa porque pretende nos convencer de que é exercida em nome da democracia e de que tem o nosso consentimento. A coação é exercida com tal perfídia e crueldade que a maioria das vítimas se sente ainda no dever de dizer que confia na Justiça e que com ela deseja colaborar. Abusador e abusado entram assim numa dança elegante e perfeita, em que, como afirma Bourdieu, o poder “é exercido com a cumplicidade daqueles que não sabem que lhe estão sujeitos”. Este novo poder, que nasce da aliança de um certo jornalismo com uma certa Justiça, é um poder oculto, um poder ilegítimo, um poder das sombras. À luz do dia é um fracasso.

A longo de todo o processo, o jornalismo brasileiro transformou as alegações da acusação em fatos controversos. Mais: o jornalismo brasileiro permitiu,

e nalguns casos aplaudiu, os desmandos das autoridades, tentando fazer-nos crer que eles eram motivados por um qualquer “superior interesse público”. Apesar de os abusos serem evidentes (como foi o caso do vazamento da célebre escuta telefônica entre Dilma e Lula) ninguém, salvo as notáveis exceções a que farei referência, quis falar deles com reprovação, como se o silêncio bastasse para tornar o crime inexistente. O jornalismo interpretou os seus poderes como se lhe competisse dizer o que é escandaloso e o que não é, porque só ele tem o poder de criar escandalizados. Como é sabido, não há escândalo sem escandalizados.

Ainda assim, houve exceções. A batalha foi desigual, mas houve quem combatesse. Desde logo esta revista onde escrevo. Também a chamada imprensa alternativa denunciou o que se estava a passar a partir dos seus canais da internet. De resto, na imprensa tradicional, houve vozes isoladas.

E justamente por essa razão, por serem poucas, devem ser especialmente referidas. Esse foi o caso de Reinaldo Azevedo, que comecei a seguir de longe, em 2015, e cuja recusa em seguir a maré do jornalismo laudatório das instituições penais me pareceu de uma coragem singular. Não sendo nenhum *compagnon de route* do Partido dos Trabalhadores, não hesitou em remar contra a maré e tomar a dianteira na defesa dos direitos individuais de Lula e na denúncia dos abusos das autoridades judiciais. Sempre gostei de gente assim. Gente que conhece o momento para dizer não. Gente que sabe quando se aproxima a tempestade que vale a pena enfrentar. Gente que põe imediatamente de lado o cálculo e a carreira quando está em causa a civilização em que acredita. Gente que nos faz ter esperança de que o jornalismo ainda existe. Sim, esta decisão da ONU condena os abusos do sistema judicial, mas também interroga os jornalistas brasileiros: onde estavam vocês? •

*Foi primeiro-ministro de Portugal.